

# O jeitinho

» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

Tudo povo tem um conjunto de características próprias que o distingue. Assim, também no Brasil temos atributos que perpassam a população. Mas vamos examinar primeiro as características que não costumam ser associadas ao brasileiro.

O brasileiro não tem a aplicação dos povos do Extremo Oriente, em especial o japonês. De fato, um país com muita gente e pouca terra, como o Japão, exige de seus habitantes qualidades, como paciência, comedimento, rigor e aplicação. Se cada um agisse sem se importar com os demais, o país não teria alcançado seu atual nível de civilização.

O brasileiro não tem a audácia dos colonizadores da América do Norte. Diferentemente dos que para cá vieram, muitos dos imigrantes que povoaram aquelas terras deixaram a Europa na esteira de perseguições religiosas ou políticas. Vinham com a família, de mala e cuia, com a intenção de fincar pé para nunca mais voltar. Os rigores do clima recompensaram os audazes e deixaram os timoratos na beira da estrada.

Os brasileiros não compartilham o ultraconservadorismo resignado dos povos da Índia, que, neste 21º século da era cristã, ainda toleram viver numa sociedade estratificada em castas, sistema que ainda não implantou um elevador social. Quem nasceu na casta A nunca será aceito na B, muito menos na C. Ainda que, em nossa terra, alguns ainda

torçam o nariz para o 13 de maio da princesa Isabel, felizmente não são maioria nem imprimem seu egoísmo na lousa das qualidades nacionais.

No meu entender, a faceta mais significativa da alma nacional responde pelo simpático nome de jeitinho brasileiro. Todos sabemos o que quer dizer, só falta definir com precisão. Tal como a palavra saudade, nosso jeitinho resiste a toda tentativa de definição clara e rigorosa. Será justamente porque clareza, rigor e precisão não combinam com o jeitinho.

Uma terra em que milhões conseguem sobreviver e seguir adiante com o salário de miséria que lhes toca mostra que seu povo tem poderes mágicos, inexplicáveis, quase atávicos. Em outros horizontes, uma revolução popular já teria defenestrado todo o andar de cima. (Para, em seguida, recomençar do zero e, poucas décadas depois, retornar ao mesmo estado de coisas. Mas essa é uma outra história.)

Nosso jeitinho inclui atitudes altamente positivas. Nossa tolerância para com os que se desnorream é proverbial. Centenas de movimentos religiosos tratam de reintegrar no rebanho as ovelhas extraviadas. A flexibilidade de nossas atitudes tem algo de notável. Quem não tem cão caça com gato é ditado que faz sentido entre nós. O brasileiro não é de empacar se lhe falta um ingrediente para a receita: dá rápido um jeito.

Do lado menos charmoso, nosso jeitinho

dá vazão a comportamentos e atitudes pouco elogiáveis. “Leis que pegam” versus “leis que não pegam” é fenômeno típico nosso. E isso nos parece normal.

Todos nos conformamos com a falta de rigor e com a falta de apego à lei. Cidadãos que são condenados hoje a pesadas penas e “descondenados” amanhã não causam escândalo. Costumamos nos resignar com imprecisões da lei. Criminosos bacanas que escapam à Justiça contam com nossa leniência — a frouxidão dos procedimentos legais não nos revolta.

Esse coquetel de imprecisão, elasticidade e ambiguidade se derrama e se aninha nos recônditos da alma nacional. Essa síndrome de informalidade se entranha em instâncias em que sua presença é extravagante. Ainda recentemente, Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), frequentou as manchetes na sequência de uma denúncia de que foi vítima: foi acusado de se valer-se de procedimentos informais para angariar subsídios para processos que relata.

Só o futuro nos dirá se a denúncia contra o magistrado terá consequências. A bem considerar, ela é a prova de que o jeitinho nacional, que a gente imagina se restringir a castas inferiores, atravessa todos os estratos sociais e se faz presente até na cobertura deste imenso condomínio.

No regime do brasileiro, se arroz com feijão são o prato principal, o jeitinho é a mistura.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Orçamento participativo, por quem?

Uma coisa é certa: o orçamento participativo (OP), que contava com sugestões das populações locais para a confecção do orçamento dos estados e municípios, parece ter perdido o fôlego, e, hoje, praticamente, não se vê nenhum movimento significativo em defesa dessa boa ideia. Ninguém melhor do que a população local para saber o que de mais importante e urgente essas regiões necessitam. O orçamento participativo é um dos melhores mecanismos de democratização das políticas orçamentárias e de gestão pública. Talvez, por isso, e pela simplicidade de todo o processo, o OP é visto como um poderoso instrumento de decisão posto diretamente nas mãos dos cidadãos. Aliás, a cidadania só é exercida em toda a sua plenitude quando os indivíduos decidem como usar os recursos oriundos dos impostos. A ideia surgiu primeiramente no Rio Grande do Sul, em 1980, e de lá pulou para muitas partes do Brasil.

Outro aspecto importantíssimo é de que o orçamento participativo induz à transparência no uso dos recursos públicos, pois é aprovado e acompanhado de perto pelos moradores. É aí que a coisa desanda por pressões escusas. A questão é que somente uma pequena parcela de governadores, prefeitos e vereadores bem-intencionados estimula e empreende esse tipo de confecção orçamentária. A maioria dos políticos nacionais não dá muita atenção a esse modelo, por achar que ele retira parte fundamental das funções dos agentes públicos. Nada mais enganoso do que essa ideia.

Para boa parte de nossas autoridades, o poder de manipular e direcionar, ao seu bel prazer, os recursos públicos lhes confere prestígio e força perante à população, ajudando também nos períodos de eleições. Esse, infelizmente, tem sido o comportamento de boa parte dos eleitos, talvez herdado do tempo dos coronéis e dos caudilhos, quando os recursos públicos se confundiam com a coisa privada.

Toda essa situação vexaminosa traz ainda mais danos quando se verifica que todo esse recurso, que poderia muito bem ser usado em benefício direto para a população, é desviado para o próprio bolso do gestor ou de laranjas. Nenhuma política pública imposta de cima para baixo tem o poder e a eficácia como o orçamento participativo. Deixar que os cidadãos pagadores de impostos sejam coautores das políticas públicas produz muito ciúme e deixa à vista a importância relativa dos políticos quando o assunto é a vida como ela é nos rincões deste imenso país.

A transparência no uso e na prestação de contas dos recursos públicos é outro fator que leva, país afora, ao boicote do orçamento participativo. Um aspecto favorável ao OP é que ele estimula também uma alocação de recursos mais aberto e equitativo. Isso tem relação direta com o desenvolvimento harmônico não só daquela determinada comunidade, mas da população em geral. Não é por outra razão que a Constituição de 1988 trata desse assunto em seu artigo 29, ao estabelecer regras e princípios para o bom funcionamento dos municípios, abrindo à participação das associações na elaboração dessa peça fundamental de planejamento. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) dispõe em seu artigo 4º que a gestão orçamentária dos recursos públicos deve envolver, para o bem da transparência, a participação da governança local e cidadã na elaboração do OP.

Toda essa questão é elevada ao grau máximo de um problema quando se verifica que as interferências de um Poder sobre o outro tem produzido ainda mais dificuldades para a realização dos OP. Um caso aqui é quanto às emendas parlamentares, antes simplesmente alcinhas de emendas secretas. Com isso, os labirintos que vão desde os cofres públicos até a ponta final, que é onde estão os cidadãos, passaram a ter que percorrer outros intrincados caminhos. Essa situação piorou ainda mais quando da aprovação das emendas parlamentares impositivas.

Hoje, mais de R\$ 50 bilhões estão nas mãos da elite política com assento no Congresso, e esse valor deverá crescer ainda mais nos próximos anos. De posse dessa dinheirama, os políticos passam a atender prioritariamente suas bases eleitorais, ou seja, somente aquelas regiões onde foram majoritariamente bem votados. Resultado disso é que municípios que deram poucos votos para um determinado político serão excluídos na distribuição dos recursos via emendas.

Um ponto a pesar contra o orçamento participativo é que muitas dessas emendas sequer são devidamente auditadas, o que tem aumentado os escândalos de desvios de recursos públicos. Também a corrupção endêmica é o principal empecilho à adequada e justa distribuição da riqueza nacional. E, para coroar toda essa sanha na aplicação correta dos recursos públicos, vemos que os maus gestores ou os que desviam esses recursos não são punidos ou sequer alcançados pela Justiça.

### »A frase que foi pronunciada:

“Se comandarmos nossa riqueza, seremos ricos e livres. Se nossa riqueza nos comandar, seremos pobres de fato.”

Edmundo Burke

### » História de Brasília

Enquanto isto, o prefeito nomeava uma comissão de inquérito, e comunicava, em Brasília, ao seu chefe de Gabinete, dr. Paulo Nogueira. O chefe de Gabinete então, mandou ao sr. Laranja Filho, a relação dos nomes que integravam a comissão. (Publicada em 17/4/1962)



## Conselho de Política Externa e o Itamaraty

» RUBENS BARBOSA  
Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice)

A sugestão para a criação, no Brasil, de um Conselho de Política Externa foi, pela primeira vez, mencionada na Conferência Nacional sobre Política Externa, realizada na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo em 2013. Nessa oportunidade, foi formalizada a proposta ao então ministro Antônio Patriota. Segundo se informa, a proposta teria sido levada para consideração do Palácio do Planalto.

Embora não tendo sido levada adiante, a ideia continuou a ser apoiada pelo Grupo de Reflexão em Relações Internacionais e pela Rede Brasileira de Integração dos Povos, que sugerem ter chegado o momento de retomar a ideia para, agora, ampliar ainda mais o debate por um Conselho que reflita a diversidade e a experiência internacional da sociedade brasileira.

Desde o início dos governos do PT em 2003, o governo estimulou a criação de conselhos nacionais em setores de maior relevância social. Vários conselhos nacionais foram criados com o objetivo, entre outros, de controlar ou, pelo menos, influir sobre os tomadores de decisão e a própria burocracia profissional de cada um dos setores, visando preferentemente àqueles com maior interface social.

Não se pode, contudo, ignorar a

determinação legal segundo a qual esses conselhos de participação existem apenas para tratar de políticas públicas. A política externa e a política de defesa respondem a princípios constitucionais e não podem ficar na dependência de decisões tomadas sem levar em conta os objetivos nacionais de médio e longo prazo. Ambas são políticas de Estado, que não podem ficar submetidas a considerações de natureza político-partidárias ou ideológicas.

Em um governo de união e reconstrução, como o atual, não se pode aceitar e aprovar, sem ajustes dos novos tempos, propostas apresentadas há 20 anos, quando o governo foi legitimamente organizado a partir de um partido, vencedor da eleição. Os tempos são outros, e o consenso e a observância dos princípios legais devem ser respeitados por todos.

A proposta da criação de um Conselho de Política Externa, integrado por membros da Academia, de think tanks, do setor empresarial, é positiva e deveria ser discutida para ampliar o debate da sociedade civil sobre a inserção externa do Brasil, suas oportunidades e seus desafios.

Seria importante que esse debate avance para que possa ser criado um fórum de discussão sobre a política externa brasileira, de caráter consultivo, não vinculado nem à Presidência da República nem ao Itamaraty

diretamente. As reuniões desse fórum poderiam ser apoiadas pela Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty. O fórum poderia ser integrado por think tanks, especializados em política internacional, política externa, comércio exterior, meio ambiente, direitos humanos e outras áreas que tivessem interesse na área externa.

O Itamaraty é o principal assessor do presidente da República para a formulação e execução da política externa e sempre foi o órgão que coordena a participação do Brasil, seja no âmbito bilateral, seja nos organismos multilaterais.

Nos últimos 30 anos, o Itamaraty vem perdendo espaço no contexto dos sucessivos governos por razões de política interna e mudanças externas. Nos últimos 20 anos, a formulação e a execução da política externa têm passado por um processo disfuncional em que os interesses nacionais são confundidos com interesses setoriais e políticos. Gradualmente, a política externa passou a sofrer interferências ideológicas e partidárias que a afastam dos interesses do Estado brasileiro, afetam a credibilidade e dificultam a atuação do Ministério das Relações Exteriores

A criação de um Conselho de Política Exterior nos moldes sugeridos adicionaria mais um fator de esvaziamento do Itamaraty, contrário ao interesse nacional.